

**O PROBLEMA AGRÁRIO EM JOSÉ DE SOUZA MARTINS, OCTÁVIO  
VELHO E MARIA ISAURA PEREIRA QUEIROZ**

*Dora Vianna Vasconcellos*  
doutoranda CPDA/UFRRJ  
[doravasconcellos@ig.com.br](mailto:doravasconcellos@ig.com.br)

**Resumo:** O artigo reúne três interpretações clássicas do pensamento social contemporâneo que debatem o problema agrário considerando a existência de um campesinato. Trata-se de José de Souza Martins, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Octávio Velho. Esse enfoque leva-os a afirmar a existência de um estrato camponês no Brasil. Contudo, se há concordância nessa hipótese, há divergência em relação ao sentido da atuação política do campesinato. A partir disso, são feitos três diagnósticos distintos acerca da situação agrária. O objetivo deste estudo é cotejar essas interpretações, com a expectativa de que elas nos ajudem a compreender como o mundo rural é hoje considerado.

**Palavras-chave:** Pensamento social brasileiro, sociologia rural, campesinato.

**Summary:** This article connects three classic approaches of the contemporary social thought that discuss the agrarian problem considering the existence of a peasantry. That is to say: José de Souza Martins, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Octávio Velho. However, although they agree with its existence, when it comes to the peasantry political actions they differ and provide three different diagnostics of the agrarian situation. The purpose of this article is to compare these approaches, expecting they will help us to understand how the rural world is considered nowadays.

**Key-words:** Brazilian social thought, Rural sociology, peasantry.

## Introdução

José de Souza Martins pensa a fronteira a luz do conceito de “colonialismo interno”. Este conceito denota um tipo de relação entre urbano e rural que seria responsável pela preservação do caráter anti-capitalista da agricultura de subsistência brasileira, pela existência no campo de relações de trabalho não claramente formuladas em termos de compra e venda da força de trabalho e pela presença de padrões tradicionais de utilização da terra e de equipamentos rústicos. Por meio dele, o autor explica a criação de zonas de expansão no Brasil, fato que demonstraria a existência de um campesinato no país. Contudo, o autor identifica que o colonialismo interno encerra uma contradição que abre possibilidades para a sua superação. A instauração recorrente de um estado de insuficiência econômica em certas áreas, ocasionada pelo fenômeno do colonialismo interno, suscitaria o aparecimento constante de zonas de expansão em antagonismo com as zonas pioneiras. Esse antagonismo seria gerado pela descontinuidade de significações em torno da aquisição da terra e seria um indício da existência de um conflito de classe no campo, que abriria possibilidade para a supressão do próprio colonialismo interno e das relações sociais capitalistas atípicas.

Por definir o problema agrário em torno da renda capitalizada da terra, Martins se isenta de utilizar o conceito de revolução burguesa. Esta constatação também o impede ver um sentido socialista para a luta camponesa. O projeto camponês teria uma outra orientação que se explicaria pela luta contra a renda capitalista da terra e não poderia ser predeterminada por nenhum desses modelos.

Em seu livro, *Capitalismo autoritário e campesinato*, Otávio Guilherme Velho também faz um estudo sobre a influência da fronteira sobre os destinos da sociedade brasileira. Para tanto, faz uma comparação entre o nosso desenvolvimento, o russo e norte-americano. Complexifica o pressuposto de Turner de que a existência de terras livres levaria necessariamente ao capitalismo democrático, como o ocorrido nos Estados Unidos. Argumenta que no caso Russo, por exemplo, a existência de terras livres teria originado o socialismo. Defende a idéia de que a fronteira no Brasil não seria forçosamente a salvaguarda do capitalismo e da democracia. Pelo contrário, ela poderia desencadear no socialismo, e até mesmo no fascismo, dependendo da configuração do campesinato brasileiro nas terras livres.

A presença no país tanto de um campesinato de trajetória social descendente que se vincula a uma posição Estatal ideologicamente paternalista, como a de um campesinato de fronteira, de trajetória ascendente e com um papel progressista é que dariam condições para realização dessas duas alternativas. O capitalismo autoritário<sup>1</sup> seria resultado da primeira circunstância, o socialismo seria o da segunda e dependeria das condições objetivas fornecidas pela fronteira e de uma ação política que atuasse na disseminação de hegemonias, alterando a trajetória do campesinato e o quadro social que lhes dá sentido, de tal forma que esse ator pudesse influenciar as massas rurais como um todo.

Por sua vez, Maria Isaura atesta a presença de um campesinato brasileiro que se distingue em função da maior ou menor autonomia de trabalho e da barganha política quando existe nas terras devolutas ou quando está dentro da grande propriedade, subjugado ao poder do fazendeiro. Ao se voltar para o campesinato independente, afirma que as relações de dependência pessoal, nesse contexto, são mitigadas pelo princípio da reciprocidade. Essa constatação levou-a a valorizar a lógica do dom e contradom veiculada pelos bairros rurais e, ao mesmo tempo, impediu-a de ver como totalmente engessada as relações de dependência pessoal e a estrutura agrária brasileira.

Desenvolve sua teoria baseada na suposição de que os pilares de nossa formação social foram as parentelas e os bairros rurais, ambas configurações que reproduziam relações pessoais, fazendo o Brasil ter a configuração de uma sociedade camponesa. A crença na suposta brecha aberta pelo movimento de acomodação entre tradicional e moderno veiculado tanto pelos bairros rurais como pela parentela fez Maria Isaura acreditar a estrutura social brasileira não estava totalmente fechada as reivindicações do campesinato.

## **2. A existência de um campesinato de fronteira no Brasil: socialismo ou fascismo.**

Para explicar essas três possibilidades do nosso desenvolvimento, Otávio Velho se vale não apenas da obra de Turner, mas do modelo de desenvolvimento social e político dos Estados Unidos proposto por Barrington Moore Jr no livro *Origens sociais da ditadura e da democracia*.

---

<sup>1</sup> O capitalismo autoritário é entendido por ele como sistema em que há predominância do político sobre o econômico e repressão da mão-de-obra.

Segundo Otávio Velho, Moore incorpora e supera as perspectivas que estabelecem dicotomias entre o Norte-Sul e Leste-Oeste dos norte americano, inclusive as de Turner que não dava um significado histórico maior às diferenças entre Norte e Sul, mas a do Leste e Oeste. Para Turner, embora Norte e Sul representassem duas alternativas diferentes de desenvolvimento, ambas seguiam orientações capitalistas. Isto é, a economia do Sul, com a *plantation* e a escravidão, não poderia ser considerada feudal. Barrington Moore, de modo semelhante, sugere que “o Sul possuía (...) uma civilização capitalista, mas não burguesa” (1969:121). Em função disso, para ele, não existiria nenhum antagonismo insuperável entre Norte e Sul no que diz respeito a sua orientação mais geral. Ele argumenta que a existência do Oeste e sua posterior aliança com o Norte é que teria feito o equilíbrio entre Norte e Sul se desfazer e se constituir na principal contradição da sociedade americana. Para Otávio Velho, ao afirmar isso, Barrington Moore endossa, de certo modo, a idéia de Turner sobre a importância da Fronteira para a democracia americana.

Segundo Moore, (...) “A ligação entre a indústria nortista e os *farmers* livres pôs de lado provisoriamente a clássica solução reacionária ao problema do industrialismo crescente” (1969: 131). E acrescenta que “O verdadeiro efeito da marcha para o Oeste, no entanto, foi o de tornar mais poderosas as forças do primitivo capitalismo competitivo e individualista, espalhando o interesse na propriedade” (1969: 131).

Deste modo, para Moore, a *plantation* e a escravidão do Norte, apesar de terem um caráter capitalista, eram um obstáculo à democracia. Teria sido a pequena agricultura de fronteira do Oeste que teria impulsionado os interesses do Norte em oposição aos do Sul e consolidado o individualismo e os sentimentos democráticos.

Contudo, ao se voltar para o caso russo e à análise de Lênine em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Otávio Velho constata que a existência da fronteira não necessariamente contribui para a instauração de um capitalismo democrático, mas, pelo contrário, poderia gerar um capitalismo autoritário. Ele identifica que Lênine previra duas possibilidades para o desenvolvimento russo: ou a fronteira contribuiria para o surgimento do capitalismo pouco favorável ao proletariado ou ajudaria a consolidar o capitalismo camponês democrático, que seria um passo na direção do socialismo.

No primeiro caso, a existência de terras livres adiaria a solução das contradições inerentes ao capitalismo e levaria a um capitalismo que se caracterizaria pela coexistência e cristalização de formas avançadas de indústria com formas arcaicas de agricultura. A fronteira funcionaria como uma válvula de escape, aliviando as tensões que se dão no seio da sociedade capitalista sem invocar soluções por meio de conflitos de classe e nem universalizar padrões de produção capitalistas e racionais na agricultura.

Para caracterizar a modalidade autoritária de dominação capitalista, Otávio Velho mais uma vez se baseia em Moore. Este considera que pode se falar em capitalismo autoritário quando a autoridade política consolida um sistema de repressão da força de trabalho. A versão autoritária do capitalismo aconteceria em países que se modernizaram por meio não de uma revolução comandada pela burguesia, mas pelo Estado. E acrescenta à análise de Moore que o capitalismo autoritário se caracterizaria também por uma dominação particularmente intensa da instância política sobre os indicadores econômicos de racionalidade, que no capitalismo liberal são automáticos. Haveria uma não correspondência entre superestrutura política e instância econômica. Essa situação ocorreria em circunstâncias em que a burguesia não possui a hegemonia política, embora detenha o domínio econômico e se explicaria graças ao crescimento das forças produtivas na esfera internacional que geraria uma condição de desenvolvimento desigual e combinado. Os países atrasados saltariam etapas a fim de acompanhar o nível alcançado pelos países de capitalismo avançado, mantendo, contudo, a superexploração do trabalho, as formas não capitalistas de produção e o domínio oligárquico.

Na segunda possibilidade prevista por Lênine ao desenvolvimento russo, de capitalismo democrático, as regiões fronteiriças contribuiriam para o desenvolvimento capitalista camponês democrático, pois seria o local onde a servidão era inteiramente desconhecida, ou era mais fraca, onde havia menos escassez de terras livres e a carga tributária era menor. A fronteira, neste caso, se converteria em áreas de “democracia rude” e no local de expansão do campesinato. Nestas áreas, existiriam os germes do tipo de desenvolvimento capitalista burguês no seio do campesinato<sup>2</sup>. Nestas circunstâncias, Lênine considera que o camponês apresentaria tendências burguesas progressistas e que,

---

<sup>2</sup> Para Lênine, a Rússia seguiria o caso americano se passasse por uma revolução comandada pelo campesinato e pelo proletariado.

por isso, teria condições de ajudar a consolidar uma revolução burguesa democrática. O campesinato agiria “como um todo”, como “uma classe política”.

Contudo, segundo Otávio Velho, Lênine não previra que o capitalismo autoritário na Rússia já era uma força dominante e que, por isso, não haveria espaço mais para esperar um desenvolvimento do capitalismo completamente burguês baseado no campesinato. Otávio Velho recorre a Trotsky para considerar que, em contexto de capitalismo autoritário e de sociedade civil fraca, como era a Rússia no início do século XX, era inútil esperar da burguesia um comportamento revolucionário. Para o autor russo, para o desenvolvimento democrático do capitalismo naquele país fazia mais sentido falar em uma hegemonia do operariado na condução da ditadura revolucionário-democrática do proletariado do que defender uma revolução democrático-burguesa com coloração camponesa. Contudo, o operariado na Rússia também não tinha forças suficientes para impulsionar esse tipo de revolução. Por isso, Trotsky não supôs nenhum pleno desenvolvimento burguês, fosse camponês ou outro como fizera Lênine, mas a revolução socialista.

Lênine estava errado em supor que as tendências burguesas do campesinato poderiam florescer plenamente levando a um capitalismo democrático radical (além de estar também possivelmente errado em supor que um desenvolvimento burguês radical seria um passo favorável na direção do socialismo). O modo autoritário de desenvolvimento capitalista na Rússia não era o prelúdio a um capitalismo burguês, mas um curso diferente que já havia ido bastante longe (1979: 92)

Portanto, Otávio Velho considera acertada a opinião de Lênine a respeito do campesinato não ser um resquício do passado e que poderia, em certas circunstâncias, transformar-se em um setor progressista. Contudo, discorda do autor russo quando este considerou que a existência de um campesinato de fronteira abria possibilidade para a consolidação capitalismo democrático-burguês. Otávio Velho lembra que em países de capitalismo autoritário, como foi o caso da Rússia, a fronteira agiu enfraquecendo os laços de subordinação do campesinato, permitindo que esse segmento social tivesse uma trajetória social ascendente e uma perspectiva progressista, dando origem a uma revolução socialista, como previra Trotsky. Restaria saber se para o Brasil seria reservado esse mesmo desenlace.

Em casos de capitalismo autoritário, isto é, de contínua repressão da mão de obra e de fraqueza da burguesia como força autônoma e sua dependência crescente em relação ao Estado, como é o caso do Brasil, Otávio Velho não descarta também a possibilidade do desenvolvimento do fascismo<sup>3</sup>. Acredita que o desenvolvimento desigual e combinado faria o político ganhar maior relevância que a instância econômica, desembocando no capitalismo autoritário. Por isso, considerou que duas possibilidades estariam abertas, dependendo da trajetória dos camponeses: o fascismo ou o socialismo, estando vetada a via liberal burguesa de modernização. O primeiro caso ocorreria se os camponeses, numa trajetória descendente, se aliassem às forças da ordem capitalista autoritária, e o segundo aconteceria se o campesinato, numa trajetória ascendente, conquistasse autonomia, assumindo uma atitude progressista.

Deste modo, Otávio Velho considera que

Esquemáticamente, parece que um campesinato decadente tende a aceitar e até apoiar o fascismo, por medo das novas forças geradas pelo desenvolvimento capitalista. Mas, pelo contrário, um campesinato em desenvolvimento do tipo favorecido por uma fronteira (entre outros fatores, inclusive a ação política) tende a se inclinar – uma vez apresentada a alternativa – na direção da solução contrária (1979: 106).

Deste modo, como consequência paradoxal do desenvolvimento capitalista desigual e combinado e pela feição autoritária do capitalismo brasileiro, Otávio Velho identificava duas possibilidades abertas para o nosso desenvolvimento: o fascismo ou o socialismo. A presença tanto de um campesinato de trajetória social descendente que tende a se unir a um Estado ideologicamente paternalista, como a de um campesinato de fronteira, de trajetória ascendente, com uma atuação progressista é que dariam condições para essas alternativas. Por isso, o autor chamava atenção para as condições objetivas fornecidas pela fronteira, mas também para a importância de uma ação política que atuasse na disseminação de hegemonias e alterasse a trajetória do campesinato, tornando-a ascendente.

---

<sup>3</sup> Defende a idéia de que mesmo no período de 1946 a 1964 o Brasil viveu um autoritarismo descentralizado. Nesta época, o liberalismo autêntico não serviu como base para a política estatal tradicionalmente intervencionista sobre a ordem privada. “(...) o regime autoritário persistiu, mesmo tendo terminado o regime autoritário do Estado Novo”(1979:136).

### **3. A atuação do fenômeno do colonialismo interno na disseminação de zonas de expansão e no fortalecimento da luta contra a renda da terra.**

José de Souza Martins (Martins, 1975) procura desenvolver uma teoria que explique as contradições presentes no campo brasileiro sem recorrer a pensamento dicotômico que tratava rural e urbano como realidades díspares e independentes. Constata a existência de um colonialismo interno que explicaria a valorização dos ideais urbanos na nossa sociedade, o caráter anti-capitalista da agricultura de subsistência e a descontinuidade de significações nas relações sociais travadas em torno da terra nas zonas pioneiras e de expansão, descontinuidades que expressariam, para o autor, tensões de classe.

Martins escreve contra o que ele chamou de ideologia urbana, um raciocínio enviesado que alimenta muitas das propostas de modernização do país. Enxergando o rural como o local do atraso, estas construções advogam que o campo precisa sofrer a intervenção urbana para superar sua suposta inércia doentia e para se modernizar. Consideram o mundo rural deveria se integrar a totalidade do sistema social como comprador e consumidor de mercadorias urbanas. Nessa ideologia urbana, o todo seria dado pela perspectiva cidadina e o rural se oporia a ele. Em tal concepção, portanto, a dependência da cidade em relação ao campo não seria vista. Mesmo quando haveria uma tentativa de se perceber a dependência recíproca entre os dois, o rural seria visto como um ponto de estrangulamento para a economia urbana por não produzir produtos suficientes para ela; como um componente inflacionário que precisava da injeção de crédito oficial para se modernizar. Deste modo, a ideologia urbana conceberia o rural como anômalo. A partir dela, uma segmentação entre o rural e o urbano seria elaborada e só seria superada com a submissão do campo às mercadorias e às concepções da cidade.

O sociólogo procura superar essa concepção evidenciando a dependência do mundo urbano em relação ao mundo rural. Para ele, além do campo se constituir como comprador dos produtos citadinos, ele é produtor de alimentos de preços baixos. O autor se refere, especificamente, a agricultura de mercado interno que produz sobre padrões tradicionais e que interage apenas tangencialmente com a economia de mercado. Essa produção se direciona, segundo ele, prioritariamente para a subsistência dos próprios produtores e, por eles não usarem o dinheiro como meio para obter alimentos, não



oneram a produção. Classifica essa prática como economia do excedente. Para ele, o excedente não seria, portanto, o produto que sobra do consumo, mas é aquele que foi utilizado na subsistência e que é produzido à margem das relações monetárias e capitalistas. Essa circunstância é que permitiria o estabelecimento agrícola fornecer produtos baratos à cidade, fazendo com que esta tenha taxas satisfatórias de acumulação de capital.

Deste modo, o desenvolvimento urbano e industrial é explicado por Martins pela existência de uma economia agrária do excedente que, por fornecer produtos a baixo custo do mercado à cidade, arca com os custos da acumulação do capital e da industrialização. Para o sociólogo, o “atraso” agropecuário e o progresso urbano não se explicariam separadamente. O atraso se refere à presença no campo de relações de trabalho não claramente formuladas em termos de compra e venda da força de trabalho e à existência de padrões tradicionais de utilização da terra e de equipamentos rústicos. Essas práticas econômicas, vistas normalmente como indícios que comprovam que o campo é o local de tipos humanos resistentes à mudança e com personalidades apáticas, seriam o sustentáculo do nosso desenvolvimento urbano-industrial.

Deste modo, para o autor, a economia citadina e industrial se processa onerando a agricultura de subsistência, impedindo que esta se desenvolva segundo um padrão racional. Isso ocorreria em função da economia brasileira ter elegido como pólo dinâmico o setor comercial, inclusive em relação à indústria, fato que geraria uma segmentação da economia entre produção e comercialização. Essa segmentação existiria até hoje e destituiria o empreendimento agrário de suas virtualidades capitalistas porque inverteria o processo de fixação dos custos dos produtos agrícolas. Estes seriam determinados em função dos preços urbanos e não dos custos da produção agrícola.

A sua tese é a de que, no passado, os centros metropolitanos transfeririam para a colônia os custos de sua economia. Agora seriam os centros internos que exerceriam essa função, onerando a agricultura de subsistência. Essa herança econômica é que explicaria o caráter anticapitalista da produção agrária tradicional, pois ela impediria que os preços da agricultura de abastecimento sejam fixados em relação aos custos da produção, o que leva o agricultor a descartar os insumos urbanos e a força de trabalho obtida segundo as exigências de um mercado livre. Essa dinâmica existente entre rural e urbano, entre comerciantes e produtores que Martins denominou de colonialismo interno seria uma herança da economia colonial de exportação que estaria presente na

economia nacional ainda hoje. Ela faria com que a agricultura de subsistência se convertesse como principal ponto de apoio da efetivação do mundo capitalista e da industrialização.

A análise de Martins se aproxima a de Octávio Velho quando este afirma que o capitalismo brasileiro se caracteriza pela contínua repressão da mão de obra. Entretanto, ambos autores constatarem também a existência de um campesinato de “fronteira”, como chama Octávio Velho, ou de zonas de expansão, como quer Martins. É, contudo, o sociólogo paulista, com o conceito de colonialismo interno, que explica a presença de relações não totalmente mercantis no campo e o constante reaparecimento da zona de expansão como fato generalizado na nossa organização social. Os vínculos econômicos desiguais entre as macro-regiões urbanas e rurais fariam o sistema capitalista brasileiro ter a necessidade constante do apoio de uma agricultura de subsistência praticada em moldes tradicionais ou de uma economia do excedente. É também através desse conceito que o autor fornece uma explicação para a descontinuidade de significações em torno da aquisição da terra nas zonas pioneiras e de expansão; para a existência da luta contra a renda da terra no Brasil.

Isto por que o capitalismo no campo é visto por Martins como o regime econômico que atua disseminando a propriedade privada da terra, isto é, estabelecendo a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade, dando origem ao colonialismo interno no plano macro e, no plano micro, instaurando relações sociais capitalistas atípicas no campo. Por isso, o capitalismo originaria tensões entre as frentes de expansão e a fronteira econômica que se constituem em torno das significações em torno da terra.

Martins chama de zonas pioneiras o local de difusão de um estilo de vida urbano-industrial e de uma mentalidade racional que atuaria incorporando novas regiões à economia do mercado. As zonas pioneiras seriam uma espécie de fronteira econômica em que a terra assume o valor de um equivalente de capital. Isso acontece porque o uso da terra, nessas áreas, obedece a rentabilidade dada pelos preços agrícolas. Estes dependem dos mecanismos de mercados que, no passado, eram definidos pelas necessidades de reprodução do capital metropolitano e, no presente, são dados também pelas necessidades dos centros urbanos internos. Deste modo, a propriedade privada da terra seria o fundamento da zona pioneira.

As zonas de expansão, ao contrário, não seriam estruturadas em função das relações de mercado. Segundo o autor, nessas zonas tem-se uma economia do excedente, em que os participantes dedicam-se, primordialmente, a sua subsistência e, secundariamente, à troca do produto que excede as suas necessidades. A frente de expansão está integrada à formação capitalista porque o excedente se transforma em mercadorias na economia de mercado. Contudo, as relações sociais que nela ocorrem não são determinadas pela produção de mercadorias, pois a terra não é tratada como um empreendimento econômico. Na zona pioneira, há o uso privado das terras devolutas, contudo, estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central dessa frente é o posseiro ou ocupante de terras e não o comprador delas.

Para Martins, a frente pioneira formula seu antagonismo em relação à frente de expansão em torno da propriedade privada da terra, isto é, da renda capitalizada, inaugurando, assim um conflito de classe. Deste modo, a contradição principal do capitalismo brasileiro se engendraria e se reproduziria através da necessidade de conjugação entre relações de produção não capitalistas com relações capitalistas de produção. Essa contradição estaria expressa na diferença de significado nas diferentes zonas construído em torno da terra.

Levando em consideração a sociedade brasileira, o autor percebe que não apenas as relações típicas das zonas de expansão, mas também aquelas constituídas pelo regime do trabalho escravo, pela parceria e pelo arrendamento eram relações pré-capitalistas que, por serem inerentes ao próprio mecanismo de reprodução do capital, se generalizavam por todo território nacional (Martins, 1979)<sup>4</sup>. Nestas relações, o vínculo com o proprietário da terra não era puramente capitalista por que não era uma relação estritamente econômica de troca de bens materiais ou de trabalho. Era uma relação em que o camponês se via obrigado a pagar diárias em dinheiro e/ou em trabalho gratuito para que pudesse produzir diretamente alimentos. O direito de estar na terra mediante o pagamento da renda da terra fazia do homem rural um camponês que produzia para sua subsistência, embora estivesse inserido no sistema capitalista de produção de mercadorias. O sistema capitalista exigiria dele a dupla produção de valores de uso e

---

<sup>4</sup> Martins desenvolve duas hipóteses: o escravo era para o fazendeiro uma renda capitalizada; depois da crise do regime servil, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra.

valores de troca por que era desse mecanismo que surgia a mais-valia que compunha a principal fonte de lucro do burguês<sup>5</sup>.

Deste modo, a conjugação entre relações de produção não capitalistas com relações capitalistas se repetia também nas áreas que o campesinato estava sob a órbita do latifúndio. Esta constatação permite o autor afirmar que tanto o campesinato constituído nas zonas de expansão como aquele que estava situado dentro da órbita do latifúndio lutam contra a obrigatoriedade do pagamento da renda capitalista da terra<sup>6</sup>. Em sua luta contra a obrigatoriedade do pagamento da renda da terra, o campesinato provocaria alterações na estrutura agrária favoráveis ao capitalismo por que, para Martins as relações de produção pré-capitalistas são o sustentáculo do capitalismo brasileiro. Elas possuem uma determinação, uma existência capitalista.

Com essa tese, Martins critica (Martins, 1983) as teses comunistas que defendiam que o avanço do capitalismo no Brasil estava sendo impedido por relações de produções pré-capitalistas e pelo monopólio feudal da terra. Por sustentar que essas relações tinham uma determinação capitalista, considera que a reforma agrária na conjuntura dos anos 1960 não devia ter sido pensada sob o nexo da revolução burguesa antifeudal e anti-imperialista. Para ele, a reforma agrária deveria assumir a feição da revolução camponesa contra o domínio de classe sobre a terra, contra a renda capitalizada da terra.

Em livro mais recente, o autor (Martins, 2000) deixa mais claro como ele entende o sentido do agir camponês. Apresentando uma linha de continuidade em relação a textos precedentes, Martins continua a afirmar que a luta pela terra ainda se define pela luta contra a renda da terra, contra o caráter rentista de nosso sistema econômico.

---

<sup>5</sup> Martins afirma isso, apesar de considerar que para o fazendeiro, a renda territorial capitalizada aparece como uma forma de capital tributária do comércio, como uma renda que se valoriza na acumulação promovida pelo comércio e não na produção, isto é, na extração da mais-valia. Essa tese de Martins está baseada no estudo das relações do colonato nas fazendas de café do sudeste. Nestas fazendas, o capital de custeio que cobria os gastos iniciais da formação de novas fazendas elegia como âncora não mais o escravo, mas a terra e o trabalho dos colonos na abertura de novas fazendas e na colheita do café. Todavia, como a produção agrícola estava subordinada ao capital comercial, à racionalidade do capital que operava fundamentalmente na movimentação da safra agrícola, a renda capitalizada da terra aparece para o fazendeiro como uma renda que se valoriza na acumulação promovida pelo comércio e não na produção, isto é, na extração da mais-valia. A renda territorial capitalizada aparece como uma forma de capital tributária do comércio.

<sup>6</sup> Para o autor, a renda da terra possuiria uma origem pré-capitalista, mas perderia esse caráter no momento em que é absorvido pelo capital e se transforma em renda capitalista. Através dessa constatação, o autor nega que as pré-capitalistas eram feudais.

A luta pela terra atrai e polariza um conjunto bem maior de descontentamentos sociais, políticos e ideológicos (e religiosos) que de modo algum poderão ser resolvidos pela luta pela reforma agrária cujo alcance é muito restrito em face de tantos e tão amplos questionamentos e das complexas necessidades históricas de que derivam (Martins, 2000: p.19).

Para ele, esse sentido não é o mesmo da luta pela reforma agrária. Esta não seria, portanto, uma política de consolidação de revolução socialista como apregoam os principais grupos mediadores de luta pela reforma agrária atuais, a CPT e o MST.

Para ele, a crise da sociedade brasileira tradicional iniciada na década de 1960 não resultou, como previram alguns autores, no socialismo nem tampouco na modernidade econômica e política. Pelo contrário, originou, numa modernidade social que reatualiza formas arcaicas de exploração do trabalho. Essas sobrevivências fariam o impasse histórico de hoje não ser muito diferente daquele do passado. No plano da política, elas fariam os pobres da terra se apossarem das concepções e das relações sociais próprias do mundo patrimonial e agrário. Dariam a esses grupos um radicalismo fundado no conservadorismo próprio das instituições sociais em que se inserem, originando uma utopia pré-política que Martins não deixa claro se esta possuiria um conteúdo socialista. O excessivo radicalismo dos movimentos a favor da reforma agrária imprimiria um caráter luddita às lutas populares rurais. Esse caráter se materializaria numa defesa do desmonte fundamentalista da tradição, num questionamento transgressivo nem sempre fundamentado do direito de propriedade, do Estado, da justiça e da religião. Segundo o autor, essa orientação anularia também aquilo que nos define como povo. Daria lugar não a um processo de transição para a superação do tradicionalismo, mas a uma “negação de tudo e superação de nada”. “Longe de ser uma proposta de sociedade alternativa, é basicamente uma antiproposta que se esgota em si mesmo. Mais do que negação da realidade social injusta é sobretudo uma forma de discordar dela sem revelar habilidade política para superá-la” (Martins, 2000: p. 18).

O luddismo antiinstitucional seria uma “forma tosca de manifestação de vontade política”, uma “iconoclastia generalizada” uma “técnica interpretativa superficial de tipo fundamentalista” que “exacerba desproporcionalmente a importância da mediação ideológica em detrimento da própria utopia camponesa de fundo conservador e radical de que resulta a mística conservadora e transformadora da luta pela terra” (Martins, 2000: p. 20). Em função desse descompasso, as organizações do campo estariam perdendo a luta pela reforma agrária “que não se limita a essas instituições apenas

mediadoras, pois passa pela incorporação da reforma ao programa político do governo e por seu reconhecimento pela ação do Estado. E não se limita, obviamente, a questão de distribuição de terra” (Martins, 2000).

Martins considera que, em função do luddismo do grupo de mediadores, está havendo um desencontro entre luta pela terra e luta por reforma agrária. Para que a primeira ação se viabilize, afirma que a luta dos camponeses deve ganhar sentido numa viabilização política de uma reforma agrária que envolva obrigatoriamente o Estado e os partidos políticos, que envolva um pacto em favor da reforma agrária. O autor defende não uma política massiva que promova a desapropriação de grandes quantidades de terras, em tempo curto, para incidir sobre a concentração da propriedade privada fundiária como querem os principais movimentos de luta por terra no país. Ele deseja uma reforma agrária que incida sobre o “iníquo” mecanismo de renda da terra, sobre os mecanismos de reconcentração de propriedade da terra de tal modo que o Estado possa recuperar o senhorio da terra, o direito de gestão sobre as terras do país. Essa seria uma pré-condição para fornecer base institucional e política para o dispositivo constitucional que obriga as propriedades a cumprirem a função social da terra. Por isso, a reforma agrária é considerada por ele como uma medida suprapartidária por ser de interesse não apenas de camponeses, mas da pátria, do povo, dos grupos de interesses e do Estado.

Minha tese é a de que na prática e na consciência populares não há apenas um modo de vida que ganha sentido histórico na tradição conservadora e numa consciência social conservadora. Há também contradições, em que a experiência popular, enraizada em valores do conservadorismo, propõe uma compreensão do possível histórico sob a forma de utopia (Martins, 2000: p28).

Martins sustenta que a utopia camponesa forjada na luta pela terra embora fale da necessidade histórica do novo, é uma utopia da superação e não uma ideologia da contestação e fornece, por isso, a compreensão do que é historicamente possível. Os agricultores pobres com sua economia do excedente e valores de uso forneceriam uma crítica ao modelo de capitalismo socialmente desagregador que se disseminou no mundo após a globalização. Fariam uma resistência *na* economia capitalista de mercado mundializado, formulando uma proposta de transformação e não de negação da ordem

social que busca dar conta dos problemas de inserção dos agricultores no mercado globalizado.

#### **4. Bairros Rurais e Parentela: uma acomodação singular ao capitalismo.**

Este artigo trata da dimensão política da sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Embora, nas obras, sempre ganha destaque a atenção dedicada à população *rústica* e ao tipo de religiosidade, sociabilidade, cultura, economia e inserção na sociedade brasileira que esta possui, percebe-se que sua teoria sobre os sítiantes está contida uma avaliação sobre o tipo de desenvolvimento social e político que seguimos. Há em seu pensamento uma tentativa de explicação de como acontece a mudança social num país que, segundo a pesquisadora, possuía uma estrutura socioeconômica tradicional até as décadas de 1950 e 1960. Esta avaliação é feita a partir de uma análise sobre como atuam, respondem e reagem as populações rústicas ao processo de modernização. Deriva-se dos conceitos de bairro rural e de parentela, que ao descreverem uma sociabilidade e uma racionalidade específica ao campesinato, indicam também a incorporação que Maria Isaura julgava viável para essa camada na estrutura produtiva brasileira altamente concentrada

Para autora, a civilização rústica teria se originado nos primórdios da vida nacional e teria como principal representante o sítiante – tanto aquele que vivia nas zonas de monocultura e que se constituía como clientela do fazendeiro, como aquele que era independente por viver em zonas de menor influência do latifúndio exportador. Essa categoria rural esquecida pelo pensamento social brasileiro e colocada em relevo por Maria Isaura, seria “a parcela da população mais importante da população ligada à terra no país” (Wanderley, 1999:p.144). Por meio da análise dos meios e modos de vida do campesinato brasileiro, Maria Isaura teria chegado a conclusão de que a dinâmica societal dos grupos rústicos explicava-se pela configurações da parentela e do bairro rural.

Acredita-se que, eleger as categorias de parentela e de bairro rural como estruturantes do mundo rural tradicional, a obra de Maria Isaura forneceria uma nova visão tanto para o conservadorismo, como para as condições de reforma e a revolução no Brasil. Essa é a razão de se sublinhar neste trabalho a dimensão política da sociologia

de Maria Isaura, que ganha originalidade ao derivar suas inferências das relações de vizinhança. Carvalho (Carvalho, 2010) sugere, por exemplo, que a obra da pesquisadora paulista parece mostrar que a dinâmica societal da sociedade rústica não significava que os indivíduos rústicos, por estarem comprometidos com a restauração de antigas normas e valores, estariam confinados a um sistema de subordinação totalmente fechado. A teoria da autora parece sugerir, segundo ele, que a complexidade da estrutura social da sociedade rústica promoveria um tipo de aprendizagem e interpretação da vida social em que “a tradição é um meio de ajuste e, embora limitada, de transformação social”. Carvalho lembra que para Maria Isaura seria “errôneo pensar que apenas o homem moderno voluntariamente trabalha para transformar o mundo em que vive” (Carvalho, 2010: 109 apud Queiroz, 1977:425). A reestruturação intencional da sociedade brasileira não seria privilégio de nossos homens contemporâneos.

Maria Isaura mobiliza a categoria da parentela em seu estudo sobre *O mandonismo local na vida política brasileira* (1969). Por meio dela, a socióloga paulista chega a conclusão de que promoveria na vida social relações de dependência assimétrica e na vida política a confusão entre as esferas públicas e privadas. A dominação pessoal seria a característica basilar da parentela (Carvalho, 2010, p. 87). Por meio dela, a solidariedade familiar se tornaria a base social fundamental da nossa vida política desde nossas origens até o tempo mais recente. Ela seria a estrutura social que explicaria a linha de continuidade de nossa vida política.

A parentela se configura como um conjunto de indivíduos que estabelecem entre si laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio) ou de aliança matrimonial. É uma rede de laços sociais pessoais e afetivos que pode ter uma configuração mais igualitária – quando é formada em zona de sitiantes por bairros rurais – ou mais estratificada – como acontece em zonas de monoculturas. A dinâmica fluida da parentela envolveria um intrincado sistema de dívidas e obrigações bilaterais que dariam origem a uma configuração vertical baseada em relações pessoais.

Deste modo, em Maria Isaura a dependência pessoal é vista como um tipo de relação complexa que pressuporia contraprestações de todos os agentes envolvidos, inclusive do grande fazendeiro. A parentela formata um tipo específico de solidariedade vertical que abria possibilidade de raciocínio da vantagem e da desvantagem, de escolha entre indivíduos hierarquicamente desiguais pela multiplicidade de graus existentes entre as posições de chefia e os eleitores (Pereira de Queiroz, 1970).



Contudo é a partir dos bairros rurais – estrutura social que para ela também seria um tipo específico de parentela, porém não estratificada - que a autora enxerga uma bilateralidade de dons e contra-dons nas relações pessoais, a possibilidade da barganha política. Por meio dessa categoria que, em Maria Isaura, a posição de mando parece mitigada pela reciprocidade de prestação de favores. A noção de bairros rurais aparece em Maria Isaura (Pereira de Queiroz, 1973) como uma configuração igualitária que seriam o eixo do gênero de vida tradicional. Os grupos de vizinhança ou bairros rurais se formavam pelos laços de sangue, pelos laços de compadrio e de aliança, e possuíam também como base a lógica da reciprocidade, a obrigação de dar e receber (ajuda mútua). Para Maria Isaura, os grupos de vizinhanças ou bairros rurais, com sua imprecisão e fluidez, serviam como quadros de referência a partir dos quais o sitiante percebia a sociedade que o englobava. Para ela, em sua forma de conceber a sociedade, por exemplo, o sitiante perderia a dimensão vertical imposta pela hierarquia de classes sociais. Em função disso, o universo social mais amplo seria percebido a partir da lógica das relações de parentesco e vizinhança, pela lógica da reciprocidade. Esse tipo de lógica imporia obrigações de todas as partes envolvidas, daria origem a um contrato bilateral que exigia contraprestações inclusive de pessoas que estavam acima na hierarquia social, fato que abria espaço para reivindicações vindas de baixo.

Segundo Carvalho, apesar de considerar que o campesinato brasileiro teria dificuldades de formular suas reclamações via uma contestação classista pelo fato de constituir relações sociais permeadas pela lógica da reciprocidade, a obra de Maria Isaura seria um dos primeiros contrapontos de uma vasta literatura brasileira que apontava a inexistência ou extrema fragilidade da ação coletiva no Brasil entre grupos subalternos rurais pela permanência de relações pessoais no campo (Carvalho, 2010).

A importância das relações pessoais comprova que o eleitorado (que não é um eleitorado subordinado a alguém, do ponto de vista do trabalho, e sim um eleitorado livre economicamente) tem possibilidades de escolha. Por outro lado, ficou também patente que, além das qualidades pessoais, todo um sistema de dom e contradom (para empregar a expressão de Marcel Mauss) estava em jogo. Enquanto as relações pessoais envolvem afetividade na determinação do voto, o sistema de dom e contradom implica já o raciocínio, o peso de vantagens e desvantagens, a escolha. (Queiroz, 1976: 167)

É importante ressaltar, contudo, que o bairro rural é visto pela autora como uma espécie de parentela, porém igualitária. Ao afirmar isso, Maria Isaura faz questão de

veicular esse tipo de configuração social a estrutura hierárquica maior que o englobava, reconhecendo que os bairros rurais não tinham um funcionamento/lógica muito distante da formulada pelas parentelas estratificadas. Embora reconheça a possibilidade da barganha política por parte dos sitiantes independentes que juntos compunham a civilização de vizinhança, afirma que os bairros rurais não originavam uma contestação radical que punha em xeque a estrutura social brasileira. Propiciavam uma espécie de crítica velada que, se por um lado, permitia pequenos deslocamentos favoráveis ao campesinato e surtos locais de desenvolvimento, por outro, legitimavam a ordem social tradicional ao reafirmarem a importância das relações pessoais. Era uma configuração social ligada a estrutura social tradicional que não provocava o colapso das relações paternalistas e nem tampouco confrontava a dinâmica de acomodação existente entre tradicional e moderno. Isso por que para Maria Isaura, o processo de modernização econômica no Brasil não excluía, necessariamente, os laços de dependência pessoal. Pelo contrário, o desenvolvimento seria o resultado de uma fusão entre a sociabilidade tradicional e a sociabilidade capitalista, dando origem a uma acomodação que se efetuava no plano micro entre bairro rural e parentela, e no plano macro entre as macroregiões brasileiras, que impedia que se originassem conflitos de classe no Brasil.

Maria Isaura parece referendar a tese de Roger Bastide quando este afirmava que “A harmonia existe até no contraste, o contraste persiste até a reconciliação dos antagonismos” (Queiroz *apud* Bastide, 1957: p. 9). Por meio do reconhecimento da barganha política Maria Isaura reconhece uma multiplicidade de cisões no interior de cada camada social, cisões estas que permitiriam, na realidade brasileira, novas sínteses. Para Rezende, do estudo sobre bairros rurais paulistas, Maria Isaura chegou a conclusão também de que esse tipo de organização social, assim como a de parentela, propiciava uma contínua reatualização das relações pessoais no Brasil (Rezende, 2007) que revigoravam novas sínteses acomodativas entre tradicional e moderno que permitiam novas cisões e conflitos como parte constitutiva delas.

Deste modo, em Maria Isaura, o agir dos camponeses brasileiros aparece como produto não só das circunstâncias históricas e sócio-estruturais de nossa sociedade agrária, mas também como resultado de seus meios e modos de vida. Maria Isaura parece explicar a permanência das relações pessoais e afetivas na sociedade brasileira também por meio da sociabilidade do campesinato. É com essa perspectiva que a categoria de bairro rural aparece, em sua obra, como sendo um dos pilares de

nossa formação social e nossa vida política. Por meio dessa categoria, a socióloga paulista parece sugerir também que o tipo de mudança social aberto pela estrutura sócio-econômica do Brasil tradicional marcada pela parentela seria aquela originada pela barganha política. Maria Isaura acreditava que o desenvolvimento econômico no Brasil não excluía, necessariamente, os laços de dependência pessoal das relações assimétricas (Rezende, 2007). Por isso, atribuía importância a existência de configurações como os bairros rurais. Seria a partir deles que as relações de dependência pessoal se tornariam permeadas pela lógica do dom e contra-dom, possibilitando a barganha política pelos atores subalternos. Contudo, esse mecanismo não se viabilizava consolidando atores cientes de sua situação socioeconômica nem conflitos de classe. Era, por isso, um agir político não revolucionário que não propiciaria a quebra das hierarquias nem o questionamento da estrutura agrária. Permitia apenas pequenos deslocamentos. Maria Isaura diagnosticava, portanto, que uma acomodação ao capitalismo estava se dando sem provocar o solapamento das relações pessoais. Esse tipo de relação não propiciava ações disruptivas no Brasil, mas permitia pequenos deslocamentos efetuados a partir da barganha política.

## **Conclusão**

O objetivo deste artigo foi cotejar três interpretações clássicas do pensamento social brasileiro que contém diferentes visões acerca do agir do campesinato e de suas repercussões sobre o desenvolvimento brasileiro. Maria Isaura, autora que começa a escrever em 1940 e dona de vasta obra, diagnosticou que a modernização no Brasil se fazia sem o solapamento das relações pessoais, fato que, embora permitia a existência de um campesinato norteado pela lógica da reciprocidade e pela barganha política e negava a modernidade urbano-ocidental como nosso destino. Em 1973, Octávio Velho, escrevendo no contexto da ditadura militar, previa a possibilidade tanto do fascismo como do socialismo pela presença de um campesinato de fronteira. O último desfecho dependeria de um agir político consistente que consolidasse a hegemonia do campesinato progressista ascendente. José de Souza Martins, menos claro na sua argumentação, identifica duas lutas distintas: a luta camponesa pela terra, de caráter quase civilizacional, e a luta pela reforma agrária, peleja que, segundo ele, requer um

pacto que envolva amplos setores da sociedade civil e o Estado, que se volte contra a renda da terra. Este último seria um agir político *no* capitalismo que permitiria o encontro da luta pela reforma agrária suprapartidária com a luta camponesa.

### **Bibliografia**

MARTINS, José de Souza. *Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. *Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível (ou a arte de não fazer política, fazendo)*. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e tradicionalismo no Brasil. estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

VELHO, Octávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “*Bairros rurais paulistas*”. São Paulo: separata da *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. XVII, p. 63-208, 1963.

\_\_\_\_\_. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

\_\_\_\_\_. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. *Cultura: sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

\_\_\_\_\_. “Uma categoria rural esquecida”. São Paulo: Ed. UNESP, 2009